

Silva, VP & Filgueira, PVS. (2020). Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community, Rio Grande do Norte, Brazil. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-26. e291973791.

**Diagnóstico rural participativo para avaliar a sustentabilidade da comunidade indígena
Catu, Rio Grande do Norte, Brasil**

**Participatory rural appraisal to assess sustainability in the Catu indigenous community,
Rio Grande do Norte, Brazil**

**Evaluación rural participativa para evaluar la sostenibilidad de la comunidad indígena
Catu, Rio Grande do Norte, Brasil**

Recebido: 20/04/2020 | Revisado: 01/05/2020 | Aceito: 06/05/2020 | Publicado: 12/05/2020

Valdenildo Pedro da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9897-0026>

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: valdenildo.silva@ifrn.edu.br

Paulo Victor da Silva Filgueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8106-9389>

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: paulo.filgueira@ifrn.edu.br

Resumo

Ao buscar reduzir às ações de desenvolvimento insustentáveis e, ao mesmo tempo, lutar por outro desenvolvimento humano mais sustentável, a literatura tem prestado pouca atenção aos anseios, conhecimentos e ações próprios de comunidades indígenas. O artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento e as condições de vida da comunidade indígena Catu, localizada entre Goianinha e Canguaretama no Estado do Rio Grande do Norte, baseando-se nos conhecimentos dos indígenas sobre problemas e soluções rumo à sustentabilidade. Para tal, baseia-se nos conhecimentos dos indígenas sobre problemas e soluções no que diz respeito à sustentabilidade. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, compreendeu as condições de vida dos indígenas e as soluções de problemas propostas por eles utilizando-se de ferramentas do método Diagnóstico Rural Participativo. Os resultados deste estudo em Catu mostraram que os indígenas participantes do diagnóstico possuem amplo conhecimento das potencialidades e dos problemas da comunidade. Rumo a estratégias mais sustentáveis, elaborou-se um plano de ação comunitário contrário às ações exógenas. Tais ações, face aos

costumes indígenas, são insustentáveis devido a pôr em risco a vida e as tradições da comunidade, além da própria liberdade de viver de forma longa e próspera no território.

Palavras-chave: Diagnóstico participativo; Comunidade indígena; Estratégias sustentáveis.

Abstract

In seeking to reduce unsustainable development actions and, at the same time, fight for another more sustainable human development, literature has paid little attention to the desires, knowledge and actions of indigenous communities. The aim of that article is to analyze the development and living conditions of the Catu indigenous community, located between Goianinha and Canguaretama in Rio Grande do Norte state, Brazil, based on the indigenous people's knowledge of problems and solutions towards sustainability. To that end, the knowledge of the indigenous people regarding the problems and solutions related to sustainability was relied upon. This qualitative research investigated the living conditions of the native people and the solutions to the problems they proposed using the tools of the Participatory Rural Appraisal method. The results of the study in Catu showed that the participants of the appraisal were fully aware of the community's potentials and problems. With a view to introducing more sustainable strategies, a community action plan against exogenous actions was formulated. Given the indigenous customs, these actions are unsustainable because they endanger the lives and traditions of the community, in addition to their right to a long and prosperous life in their own land.

Keywords: Participatory appraisal; Indigenous community; Sustainable strategies.

Resumen

Al tratar de reducir las acciones de desarrollo insostenibles y, al mismo tiempo, luchar por otro desarrollo humano más sostenible, la literatura ha prestado poca atención a los deseos, el conocimiento y las acciones de las comunidades indígenas. El objetivo del artículo es analizar el desarrollo y las condiciones de vida de la comunidad indígena Catu, localizada entre Goianinha y Canguaretama en el estado de Rio Grande do Norte, con base en el conocimiento de los problemas y soluciones hacia la sostenibilidad de los pueblos indígenas. Para eso, la investigación está basada en los conocimientos de los indígenas sobre problemas y soluciones en lo que se refiere a la sostenibilidad. Esta investigación, de abordaje cualitativa, comprendió las condiciones de vida de los indígenas y las soluciones de problemas propuestos por ellos utilizando herramientas del método Evaluación Rural Participativa. Los resultados mostraron que los indígenas que participaron de la evaluación

poseen gran conocimiento de las potencialidades y de los problemas de la comunidad. Pensando en las estrategias más sostenibles, ha sido elaborado un plan de acción comunitario contrario a las acciones exógenas. Tales acciones, ante las costumbres indígenas, son insostenibles pues pueden arriesgar la vida y las tradiciones de la comunidad, además la propia libertad de vivir de forma larga y próspera en el territorio.

Palabras clave: Evaluación participativa; comunidad indígena; estrategias sostenibles.

1. Introdução

Estratégias de desenvolvimento implementadas de cima para baixo em comunidades indígenas, pouco têm contribuído para melhorar os padrões de vida entre as pessoas mais pobres e o seu ambiente. As comunidades indígenas, compreendidas por suas relações intrínsecas de parentesco, de vizinhança, de ligações com a natureza e pelo uso de meios comuns para obter fins comuns (Arruti, 1997; Al-Qubatee, 2017), estão diante de um mundo de agudizadas mudanças socioculturais e ambientais ocasionadas por ações antropogênicas.

Tais comunidades, caracterizadas pela reafirmação da sua história, sua cultura e seus saberes tradicionais praticados de geração a geração, vêm enfrentando atividades de desenvolvimento exógeno, que são frustrantes e inadequadas aos propósitos de participação local. Tal desenvolvimento não contribui para que se conheçam as estruturas, o funcionamento e os resultados dos sistemas de produção, de comercialização e das organizações dos produtores e de seus aspectos críticos de disfunção, na busca de priorização de intervenções comunitárias, buscando melhorar, assim, os padrões e condições de qualidade de vida, de bem-estar social e de liberdades múltiplas de povos indígenas no período atual.

Apesar dessa situação, poucos estudos, sobre povos indígenas, permitem as pessoas a participarem de seu próprio desenvolvimento, incorporando conhecimento e opiniões no planejamento e gerenciamento de informações sobre problemas e potencialidades da realidade social comunitária, conduzindo sua própria análise, planejamento e forma de agir, como possibilita o desenvolvimento do Diagnóstico Rural Participativo (Chambers, 1997; Ahmed et al., 2019; Aguiar et al., 2020).

Neste limiar de desenvolvimento vigente, a sustentabilidade em comunidades indígenas deve perpassar pela gestão dos recursos naturais e pelo bem-estar humano, através de ações que fortaleçam a identidade e as tradições locais rumo a um desenvolvimento local partilhado (Araújo et al., 2017). Alia-se ao desenvolvimento insustentável, entendido esse como o que não atende ao fortalecimento da comunidade indígena e à promoção de um

desenvolvimento de baixo para cima, ou de ‘bem viver’, mais equitativo e sustentável de longo prazo (Silva, Paiuca, & Schmidt, 2019; Rodrigues & Rodrigues, 2020), a frágil literatura veiculada até então, que presta atenção às experiências e ações em nível da comunidade local para responder aos desafios de vivência e mudanças da modernidade sobre os povos indígenas. A modernidade parece reafirmar um desenvolvimento ameaçador à cultura nativa, aos valores e costumes biossociais.

O artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento e as condições de vida da comunidade indígena Catu, localizada entre Goianinha e Canguaretama no Estado do Rio Grande do Norte, baseando-se nos conhecimentos dos indígenas sobre problemas e soluções rumo à sustentabilidade. Desse modo, o presente estudo possui sua relevância, devido a uma extensa lacuna de trabalhos científicos que priorizam ações de desenvolvimento como liberdade, baseando-se nas ideias de Sen (2000), de baixo para cima, de uma população ativamente integrada e capacitada que sabe construir suas próprias realidades socioespaciais degradantes ambientalmente e manter seus costumes e valores de forma duradoura e forte entrelaçamento com o seu substratum vivencial (Chambers, 1997).

Essa realidade veio à tona por ocasião da realização de uma pesquisa exploratória (Pereira et al., 2018), desenvolvida a partir de 2019 na comunidade indígena Catu, geograficamente situada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama no estado do Rio Grande do Norte (RN), separada fisicamente em dois distritos por meio do Rio Catu. Etimologicamente, esse termo Catu origina-se do Tupi-Guarani que significa “bom”, “bonito”, “agradável” (Silva, 2016). Nessa comunidade indígena, residem cerca de 1.100 membros, dos quais 726 são indígenas, residentes de 203 domicílios familiares (Bezerra, 2017).

Os indígenas da comunidade objeto de estudo estão inseridos no contexto da etnogênese, processo recente e relevante interpretado como um “despertar étnico” dos povos indígenas que foram, por muito tempo, silenciados em narrativas históricas produzidas por intelectuais do Rio Grande do Norte que apontavam para o desaparecimento dos povos indígenas em terras potiguares (Silva, 2016). Os indígenas da comunidade Catu têm sobrevivido às intempéries da contemporaneidade e às pressões sobre as atividades agrícolas de cunho familiar do cultivo da batata, do feijão, do milho, da macaxeira e das hortaliças comercializadas em feiras livres da redondeza, além de pequenas criações de animais, a exemplo de aves, suínos e bovinos.

Na contramão desse desenvolvimento, sazonalmente realizam, ainda, práticas de coleta de mangaba e pesca no rio Catu, principal manancial para a vida dos índios, mas que

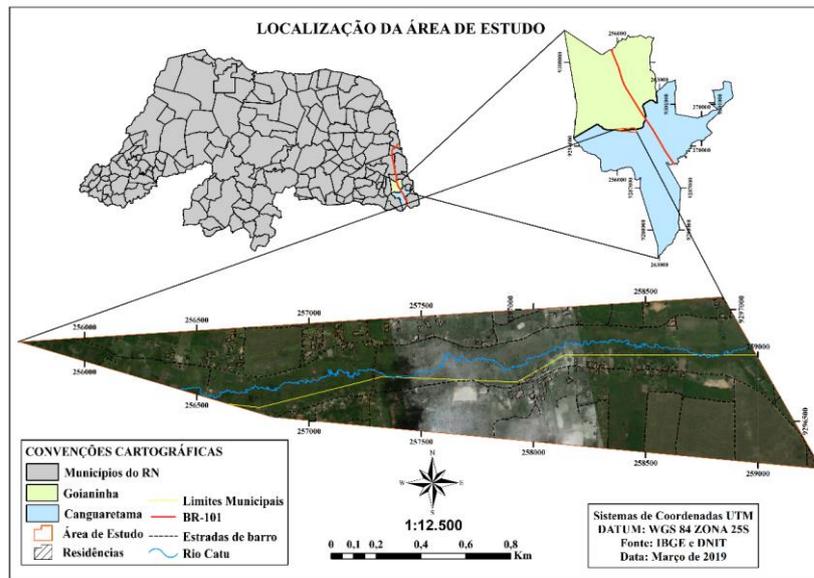
tem passado por processos de degradação ambiental devido à hegemonia de um desenvolvimento econômico catastrófico de desmatamento, de redução da biodiversidade e de outra estratégia de manejo florestal em seu entorno.

Tal desenvolvimento, por sua vez, é movido pela produção comercial de cana-de-açúcar, da carcinicultura e da intensa urbanização, que só faz negligenciar a autonomia e a gestão dos recursos naturais aos próprios indígenas. As ações desenvolvidas têm ignorado as percepções, as necessidades e a compreensão dos residentes do Catu e, a priori, levado a consequências de empobrecimento da terra, da biota e do seu povo. Por isso, este estudo visou analisar o desenvolvimento e as condições de vida da comunidade indígena Catu, localizada entre Goianinha e Canguaretama no Estado do Rio Grande do Norte, baseando-se nos conhecimentos dos indígenas sobre problemas e soluções rumo à sustentabilidade.

2. Metodologia

Uma pesquisa traz novos conhecimentos ou saberes como preconiza Pereira et al. (2018). Na presente pesquisa, a área do estudo correspondeu a comunidade indígena Catu, que fica localizada nos limites geofísicos dos municípios de Goianinha e Canguaretama, na microrregião Litoral Sul, região Agreste do Estado do Rio Grande do Norte (Figura 01). Essa terra é ocupada por 364 (trezentos e sessenta e quatro) membros indígenas da etnia Potiguara, divididos em 02 (dois) grupos: Catu/Canguaretama e Catu/Goianinha, que se encontra com um processo de regularização fundiária na Justiça Federal, impetrando pelo Ministério Público Federal como autor e réu a Fundação Nacional do Índio e outros (Rio Grande do Norte, 2017).

Figura 01 - Localização geográfica da comunidade indígena Catu.



Fonte: Autores (2019).

Esta pesquisa de abordagem qualitativa (Godoy, 1995; Pereira et al., 2018), na qual os fatos integram um contexto sociocultural, compreendeu condições de vida e soluções de problemas das pessoas indígenas, usando técnicas do método Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Por meio da aplicação de ferramentas desse método, as pessoas da comunidade investigada são encorajadas a participarem e se tornarem hegemônicas na condução do planejamento local e na tomada de decisões e medidas que melhorem as suas condições de vida (Chambers, 1997; Ahmed et al., 2019).

Sabe-se, ainda, que está é uma pesquisa de caráter exploratória, pois utilizou, dentre outros procedimentos, o levantamento de artigos de periódicos qualificados nas bases *Scopus*, *SciELO* e *ScienceDirect* e de dissertações, teses e livros acerca do tema da pesquisa e da comunidade objeto de estudo, no Portal de Periódicos da Capes e nos repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Além disso, realizou-se análise de documentos cedidos pela Associação de Moradores do Vale do Catu, pelas Prefeituras Municipais de Goianinha e de Canguaretama e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); bem como observações não-participantes e entrevistas semiestruturadas com 18 famílias indígenas.

Trata-se de um estudo de caso sobre a comunidade indígena Catu, pois nela residem povos que recentemente labutam pelo reconhecimento étnico identitário¹ de terra indígena, defendendo, no período atual, a manutenção da cultura indígena e a resiliência dos recursos naturais e do seu ambiente. Essa luta constitui o único instrumento para se reparar e mudar a história e o mapa de que inexistem populações indígenas com o fim da Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte (Medeiros Filho, 1997) e garantir os direitos constitucionais para esses povos.

Realizou-se, também, uma oficina participativa durante a tradicional Festa da Batata², evento que marca, no dia 1º de novembro, o início da colheita do principal cultivo local. A Festa da Batata é um momento relevante para a comunidade em virtude da apresentação do Toré, ritual de diferenciação cultural frente aos não indígenas, constituindo-se na maior expressão de autoafirmação enquanto coletividade dos indígenas (Silva, 2016).

A oficina contou com a participação de 33 pessoas, entre elas agricultores, estudantes e donas do lar e fundamentou-se em princípios e técnicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) propostos por Chambers (1997). A aplicação da técnica caminhada transversal e a realização de entrevistas semiestruturadas, integrantes do método DRP, ocorreram entre os meses de março e dezembro de 2019 por ocasião das primeiras visitas realizadas individualmente a cada propriedade rural da comunidade indígena.

Por seu turno, diagnosticou-se as condições de vida e os planos de ações comunitárias do Catu, valendo-se do conhecimento produzido pela matriz forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA), que permitiu a visualização dos problemas e potencialidades interna e externa à comunidade; pelo diagrama de *Venn*, com objetivo de realizar caracterização institucional, a exemplo da Associação de Moradores do Vale do Catu, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), FUNAI, IFRN, UFRN, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), prefeituras municipais de Canguaretama e Goianinha, Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), polícia militar e usinas do setor sucroalcooleiro; e pela árvore de

¹ Processo conhecido como etnogênese ou emergência étnica caracterizado pelo ressurgimento da afirmação e valorização das tradições indígenas (Arruti, 1997).

² Constitui um dos mais tradicionais eventos socioculturais da comunidade que é realizada no mês de novembro para celebrar a colheita do principal cultivo da comunidade, bem como fortalecer a identidade étnica e suas tradições culturais mediante rituais indígenas, a exemplo do ritual do Toré (Bezerra, 2017).

problemas, a qual possibilitou um debate acerca dos problemas, das causas e das consequências das ações antrópicas na comunidade.

Todas as etapas foram, por sua vez, aplicadas durante o desenvolvimento de uma oficina de diagnóstico rural participativo no dia 1º de novembro de 2019 durante a tradicional Festa da Batata. As técnicas aplicadas do DRP centraram-se em desvendar os principais problemas e desafios enfrentados pela comunidade indígena nos dias atuais e, sobretudo, apresentar um plano de ações e soluções de intervenção mais prioritário aos anseios de desenvolvimento local.

O DRP do Catu foi conduzido de certa maneira com grupos focais, compreendendo moradores da comunidade indígena que se envolveram plenamente com o desenvolvimento das técnicas caminhada transversal, entrevistas semiestruturadas, matriz FOFA, diagrama de *Venn* e árvore de problemas (Chambers, 1997; Ahmed et al., 2019). Todos os participantes foram incentivados a refletir sobre a infraestrutura (recursos), estrutura (organização social), relações institucionais da comunidade com órgãos externos e superestrutura (cultura e valores que definem o padrão de vida local), assim como a respeito de como eles têm se organizado em seus espaços vivenciais e como têm evoluído ao longo dos últimos tempos.

Convém destacar que as entrevistas semiestruturadas, com apenas questões abertas, foram aplicadas no decorrer do mês de março de 2019. Essas entrevistas contaram com a participação de 18 famílias indígenas locais que sempre viveram no Catu e com a amostragem definida por meio do Critério de Saturação (Thiry-Cherques, 2009)³, entre a faixa etária de 23 e 80 anos. Além disso, a fim de preservar o anonimato dos indígenas entrevistados, mesmo diante de autorização e consentimento de todos em participar desta pesquisa, utilizou-se algarismo indo-arábicos e letras do alfabeto e enumerou-se os entrevistados com o uso de tais caracteres.

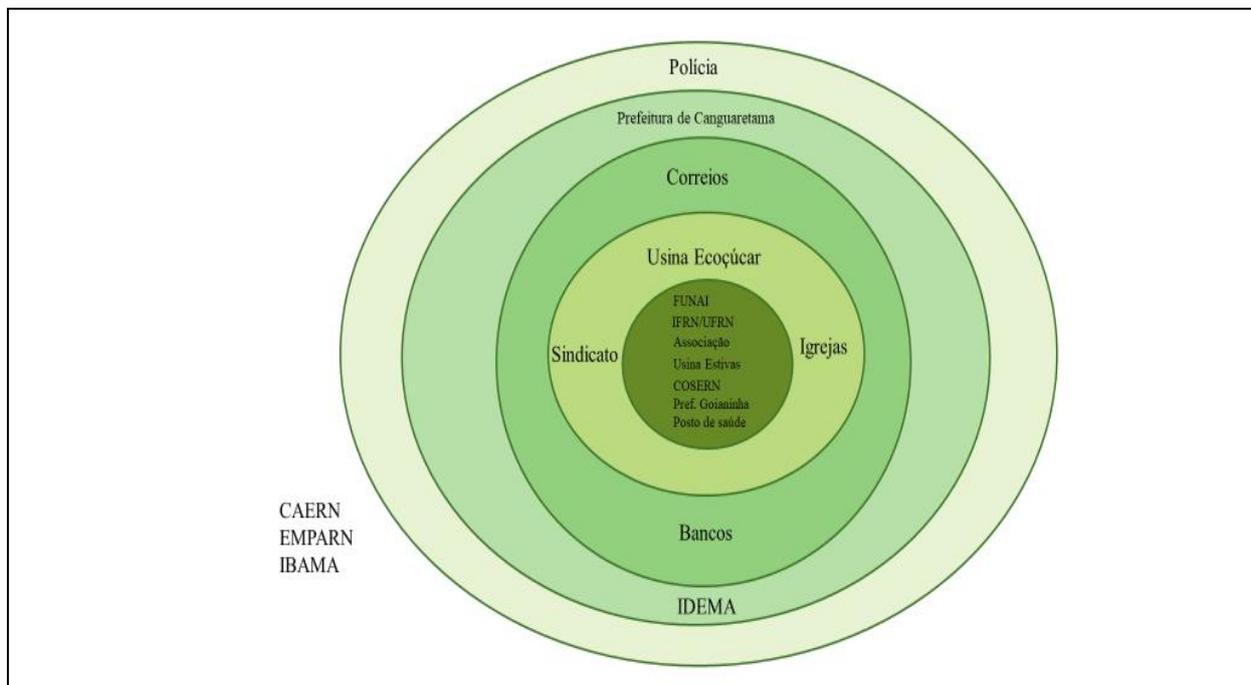
A análise e a apresentação dos resultados do estudo embasaram-se na análise de conteúdo como técnica capaz de interpretar os dados de todos os tipos de documentos e de textos produzidos pela aplicação do DRP. A análise de conteúdo, além de possibilitar a interpretação após a coleta dos dados (tabulados em planilhas de *Microsoft Excel*), contribuiu para a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos dados e a interpretação.

³ Técnica de amostragem já consagrada que indica quando a coleta de dados não trará significativas alterações de conteúdo, devendo-se, portanto, ser finalizada.

3. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos com a aplicação de algumas ferramentas do DRP contribuíram para mostrar que as opiniões e os conhecimentos locais, na maioria das vezes, não têm sido considerados no desenvolvimento das atividades socioculturais, econômicas e ambientais dos índios da comunidade Catu. Contatou-se, por exemplo, com a aplicação do Diagrama de Venn – imprescindível à identificação das relações entre indígenas e instituições comunitárias – a existência de órgãos governamentais e não governamentais que têm apoiando o desenvolvimento local, mas em níveis e posicionamentos de proximidade distintos, na opinião dos participantes deste estudo. Os resultados acerca das relações institucionais, demonstraram que a Associação de Moradores do Vale do Catu (Canguaretama e Goianinha), a EMATER, a Usina Estivas, a prefeitura de Goianinha, o posto de saúde, a FUNAI, o IFRN, a UFRN e a COSERN contemplam o primeiro nível de relação com a comunidade, conforme Figura 02. Observe que órgãos importantes, como Polícia e Prefeitura do município de Canguaretama, ficaram bastante distante do interesse de pessoas da comunidade, refletindo uma enorme preocupação e dificuldades, haja vista o primeiro ser responsável pela segurança das pessoas e o segundo pela implementação de políticas públicas de dimensão local.

Figura 02 - Diagrama de Venn.



Fonte: Autores (2019).

Nesse nível, destaca-se a FUNAI por realizar apoio tido como essencial para a chegada de benefícios e de suporte quanto aos conflitos existentes com o setor **sucroalcooleiro**. Destacam-se, também, o IFRN e a UFRN, que, segundo os moradores, são de extrema relevância para o reconhecimento indígena, por meio de trabalhos científicos e de projetos de extensão na comunidade, o que pode ser explicitado na fala do indígena A. (2019): “Agradecemos demais ao IFRN e UFRN por serem nossos parceiros. Era pra ter um pedestal pra gente colocar eles aqui. Divulgam nossa cultura indígena pra todo o RN.”

O segundo nível foi composto pela igreja católica, pela igreja evangélica, pelo sindicato de trabalhadores e pela usina localizada na cidade de Baía Formosa (Grupo Ecoçúcar), que, apesar de mais distante da comunidade indígena, a emprega. Durante a discussão, a partir de religiões no segundo nível, houve falas que explicaram o porquê de algumas pessoas não participarem da tradicional festa na comunidade indígena, conforme relata o indígena B. (2019): “Algumas pessoas não participam dos rituais indígenas devido o envolvimento com determinadas religiões e isso atrapalha a cultura local que, dentre outras coisas, agradece a produção ao Deus Tupã em épocas de colheita.”

Em sequência, no terceiro nível, encontram-se órgãos como correios e banco. Segundo relato dos moradores, tais serviços não chegam à comunidade de forma eficaz, pois não há agência bancária próximo. Os indígenas enfatizaram, ainda, a ausência de crédito rural ao pequeno agricultor. Segundo eles, esses investimentos tornam-se, a cada dia, mais difíceis e burocráticos, de forma que são beneficiados apenas os “grandes” produtores. Essa situação está explicitada na fala do indígena C. (2019): “O banco aqui só ajuda o que já tem dinheiro, nós pequenos não somos nem vistos por eles”. Já em relação ao serviço de correios, os sujeitos destacam que fora instalado somente no ano de 2018 na comunidade, junto a um posto de saúde.

O quarto nível engloba o IDEMA e a prefeitura de Canguaretama, os quais, segundo os moradores locais, não possuem grande relação com a comunidade por não terem uma presença cotidiana nela. Enfatizam, ainda, que apesar de possuírem uma vereadora que reside no Catu, pertencente ao município de Canguaretama, a presença de benefícios ou políticas de melhoria para as condições de vida não se concretizou. Ainda nesse contexto, os indígenas destacam a ausência de fiscalização pelo IDEMA quanto às questões de desmatamento e de poluição do rio Catu por parte de empresas, já denunciadas pelos moradores. Assim, por fazer parte de uma Área de Preservação Ambiental (Piquiri-Una), a comunidade deveria contar com uma maior presença do instituto, conforme relata o indígena D. (2019): “Já houve denúncias

de desmatamento e poluição por essas empresas. Tanto a usina quanto essa nova que chegou de cerâmica poluem nosso rio e o IDEMA não faz nada.”

Em relação ao quinto nível, notou-se que ele se destinou apenas à polícia, que, na visão dos membros da comunidade indígena Catu, é bastante ausente. Eles relataram que ela vai até o ambiente apenas quando há alguma ocorrência ou evento cultural.

Nesse viés, a CAERN, a EMPARN, e o IBAMA ficaram fora do Diagrama porque, segundo os moradores, nada contribuem e não se fazem presentes na comunidade. É importante destacar que a água encanada utilizada nas residências é oriunda de poço artesiano, sob administração da Associação de Moradores do Vale do Catu, conhecida como “Associação da água”. Essa associação se mantém pela afiliação de seus moradores através de uma taxa simbólica de R\$ 10,00 (dez reais).

O Diagrama de *Venn* permitiu uma discussão entre os participantes até uma posição consensual, além da caracterização das relações institucionais existentes com a comunidade indígena Catu, em um processo participativo. Tal caracterização aponta, por sua vez, para a ausência de alguns órgãos que, em tese, são essenciais à comunidade, a exemplo do IDEMA, do IBAMA e da EMPARN.

Além disso, a discrepância nas relações entre as prefeituras de Goianinha e de Canguaretama com a comunidade também obteve destaque. Enquanto esta foi apontada pelos moradores como ausente, ocupando o quarto nível, aquela possui a aprovação dos moradores, ocupando o primeiro nível.

É importante salientar, também, que durante o processo de discussão do DRP, demonstrado na Figura 03, foi explicitado que determinados órgãos se fazem mais presentes a depender da época do ano, fato este atrelado a condições climáticas, a datas comemorativas e a movimentos indígenas e políticos.

Figura 03 – Realização da oficina do DRP na escola indígena João Lino.



Fonte: Autores (2019).

Em seguida, na aplicação da árvore de problemas, ferramenta que relacionou os principais problemas apontados pelos indígenas às suas causas, bem como suas consequências, a contaminação do rio por agrotóxico foi um dos problemas mais destacados pela comunidade. As causas deste problema foram relacionadas às plantações de cana-de-açúcar às margens ou em outras proximidades do rio Catu, fator que culmina na morte de animais, no prejuízo à cadeia alimentar, na poluição da fonte de água e na diminuição de espécies de peixes. Outro problema constante diz respeito às queimadas, associadas à coleta de lixo ineficiente e ao preparo inadequado do solo para plantio. Como consequência disso, foram evidenciados o empobrecimento do solo, os problemas respiratórios, a perda de fauna e flora e o risco de incêndios.

Além disso, o desmatamento constitui-se também como um dos principais empecilhos enfrentados pela comunidade. Segundo relatos de seus membros, o problema é causado por atividades econômicas (carvão), pela monocultura da cana-de-açúcar, pelo tráfico ilegal de madeira, pelo consumo de lenha e pela ausência de fiscalização. As suas consequências evidenciam a erosão e o empobrecimento do solo, o assoreamento do rio, a redução na oferta de frutas e de animais silvestres que favorecem a subsistência, o comprometimento da qualidade da água devido ao uso intensivo de agrotóxicos e a abertura para novas invasões.

Também o desemprego é visto, pelos indígenas, como um problema, com causas alicerçadas na mecanização da mão-de-obra do setor **sucroalcooleiro**, o que culmina em um aumento da criminalidade. Nesse aspecto, o indígena E. (2019) afirmou:

No início da instalação da usina, muita gente dizia que seria uma grande vantagem pra nós. Que emprego não ia faltar. E realmente tinha, mas depois da chegada das máquinas, quase ninguém trabalha mais. Antes saia ônibus lotado pra usina, hoje não lota uma van.

Outro contratempo apresentado pela comunidade é a falta de demarcação das terras indígenas. Os moradores relataram a ausência de políticas públicas eficientes que dão prioridade à questão, o que possui, como consequência, a fragilidade/dizimação dos povos. Nesse aspecto, Luiz Katu afirma que o grande problema para combater os impactos ambientais e proteger a cultura e o povo é a falta de demarcação. A terra é, para eles, sagrada, mas as empresas só querem destruí-la para obter lucro.

O assoreamento e a poluição do rio também foram debatidos pela comunidade, e a retirada da mata ciliar junto à falta de sensibilidade local são, respectivamente, as principais causas desses males. Como consequências, foram apontadas a fragilidade da própria comunidade devido ao desaparecimento de espécies, o risco crescente de doenças e a diminuição da oferta de água, conforme explicita o indígena F. (2019): “Antigamente, tinha muitas espécies de peixes e crustáceos, mas hoje quase ninguém pesca. O que antes fazia parte da rotina diária da comunidade indígena, hoje muito pouco se vê alguém praticando a pesca no rio”. Além desses problemas, a iluminação pública precária é um outro entrave preocupante para os indígenas. Tal fato se dá pela negligência dos órgãos públicos responsáveis, resultando em insegurança, principalmente durante o horário noturno. Por fim, a erosão do solo foi apontada também como um problema, causado pela retirada da cobertura vegetal e pelo uso inadequado do solo, o que culmina na perda de fertilidade.

No processo de discussão da oficina, foi aplicada, por último, a Matriz FOFA, que possibilitou o conhecimento das condicionantes internas e externas (favoráveis e adversas) que contribuem para melhorias nas condições de vida da comunidade indígena, e também das condicionantes internas e externas que as impedem, conforme o Quadro 01.

Quadro 01 – Condicionantes internas e externas à vida socioambiental na comunidade Catu.

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Agricultura familiar	Conflitos internos	IFRN / UFRN / FUNAI	Usinas
Natureza	Desunião no movimento indígena	Ecofeira (PIPA)	Mecanização da mão-de-obra
Turismo pedagógico	Má comunicação	Feiras livres (Canguaretama, Pedro Velho e Goianinha)	Criminalidade
Educação escolar indígena	Violência doméstica	Universidades (sistema de cotas)	Falta de consulta às lideranças locais
Cultura indígena	Filiações partidárias no movimento indígena	Comércio formal e informal	Falta de monitoramento ambiental
Associação de moradores	Ausência de cooperativa	Carcinicultura	Perseguição às lideranças indígenas

Fonte: Autores (2019).

Dentre as forças internas evidenciadas pela comunidade indígena Catu, a agricultura familiar possui grande relevância devido ao cultivo de subsistência e de comercialização nas feiras livres das cidades de Canguaretama e Goianinha, principalmente.

O cultivo de hortaliças e de culturas como feijão, milho e a batata doce, principal cultivo da comunidade, gera renda aos indígenas locais. Por outro lado, a falta de cooperativa e a presença de atravessadores reduzem significativamente a renda familiar de diversas famílias na comunidade indígena Catu, que muitas vezes não veem outra alternativa a não ser se submeter aos preços estipulados por estes intermediários.

Já a cultura indígena, educação escolar indígena e o turismo pedagógico são forças locais que também possuem seu destaque devido a existência de duas escolas municipais na comunidade indígena Catu que possuem em sua grade curricular a disciplina e Etno – História e Tupi Antigo, contribuindo para a resistência da cultura indígena frente a um mundo de agudizadas transformações que põem em risco os costumes e ritos de povos tradicionais. Dito isto, o turismo pedagógico se consolida na comunidade indígena por intermédios das escolas indígenas Alfredo Lima e João Lino, pertencentes aos municípios de Goianinha e Canguaretama, respectivamente, em visitas que contribuem para a divulgação da cultura indígena para toda a sociedade.

Por outro lado, as fraquezas internas elencadas pelos indígenas refletem uma desorganização que prejudica o desenvolvimento local. A existência de conflitos internos entre os indígenas pertencentes ao município de Goianinha e aos indígenas pertencentes ao município de Canguaretama expõe uma divisão existente que extrapola os limites geográficos e culminam em uma má comunicação entre os indígenas locais. Exemplo disto ocorre na tradicional Festa da Batata realizada no mês de novembro todos os anos no qual existem discussões acerca do local onde o evento será realizado, sempre havendo uma disputa entre o Catu pertencente ao município de Canguaretama e o Catu pertencente ao município de Goianinha, atribuindo uma sensação que existem duas comunidades que vivem uma situação de constantes conflitos.

Além dos pontos elencados acima, as filiações partidárias trazem à tona uma realidade comum em comunidades vulneráveis, a exemplo das indígenas, que é o envolvimento com a política local, culminando em uma disputa política por liderança e interferindo sempre em decisões que precisam ser tomadas pela comunidade, aprofundando ainda mais a comunicação falha já existente entre os indígenas, bem como contribuindo para a desunião entre os membros. Nesse sentido, outra fraqueza que se destaca é a violência doméstica, ressaltada por diversas mulheres que relatam diversos casos que ocorrem na comunidade indígena e vem a contribuir mais ainda para a existência de divisões e conflitos internos.

De outro modo, as oportunidades externas evidenciadas pelos indígenas perpassam por instituições que possuem uma relação próxima com a comunidade, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Fundação Nacional do Índio.

A UFRN foi lembrada pelo sistema de cotas existente, o que oportuniza que os indígenas possuam um maior acesso à universidade, bem como a existência de diversos trabalhos publicados acerca da comunidade indígena Catu que divulgam a comunidade indígena para a sociedade.

Já o IFRN possui uma relação intrínseca devido à proximidade do *campus* Canguaretama com a comunidade indígena, culminando em diversos projetos de extensão e diversos indígenas estudando no IFRN nos diversos cursos, sejam eles superiores e de nível médio-técnico, bem como oportunidade com bolsas de estudo, a exemplo da bolsa-permanência na qual estudantes indígenas recebem o auxílio para se manter na escola. Além disso, no IFRN existem pessoas que moram na comunidade que trabalham em empresa terceirizada do IFRN *campus* Canguaretama.

Por conseguinte, a Ecofeira em Pipa, as feiras livres de Goianinha e Canguaretama e o comércio dessas duas cidades são vistos como oportunidade de emprego e renda para os indígenas locais, que também veem na carcinicultura oportunidades de emprego permanente ou temporário. Os cultivos de feijão, milho, batata-doce e frutíferas, a exemplo da mangaba, abundante na comunidade, propiciam renda extra e subsistência aos indígenas.

E, por fim, quanto ao ambiente externo, as ameaças destacadas pelos indígenas possuem como eixo central a usina de cana-de-açúcar que detém as terras que estão ao redor da comunidade indígena.

A elevada mecanização de mão-de-obra tem eliminado dezenas de postos de trabalhos que antes eram ocupados também por indígenas, culminando, dessa forma, em um aumento da criminalidade que prejudica e torna ainda mais vulnerável a comunidade indígena Catu.

Ademais, a usina é responsável, segundo os indígenas, por perseguições às lideranças que estão sempre à frente defendendo os interesses coletivos da comunidade e que veem suas terras serem invadidas e devastadas pela ganância do setor sucroalcooleiro que causam grandes impactos ambientais e socioeconômicos à comunidade.

A falta de monitoramento ambiental é outra ameaça destacada pelos indígenas locais, nos quais relatam que a deterioração dos recursos ambientais praticados pela usina ocorre pela falta de fiscalização dos órgãos ambientais.

Além da apresentação das condições que contribuem e que obstruem a melhoria de vida na comunidade indígena Catu, a partir da percepção dos próprios indígenas, durante a aplicação das Entrevistas Semiestruturadas realizadas em abril de 2019, apresentamos também os problemas prioritários obtidos através das entrevistas, elaborando, portanto, um ranking dos problemas que interferem nas condições de vida e bem-estar local, conforme a Tabela 01.

Tabela 01 – Matriz de priorização de problemas da comunidade indígena Catu.

PROBLEMAS	PORCENTAGEM (respondentes)	DIMENSÃO
Ausência de assistência técnica para o manejo de atividades agropecuárias	100%	Econômica
Desconhecimento acerca da área de proteção ambiental no qual a comunidade está inserida	94,5%	Educação
Inexistência de transporte próprio para escoamento da produção	86%	Econômico
Ausência em curso de capacitação/orientação sobre manejo de mata atlântica	83,5%	Ambiental
Baixo índice de escolaridade (fundamental incompleto)	72,5%	Educação
Exclusão em linhas de crédito rural	69%	Institucional
Ausência de assistência governamental no âmbito do bolsa família e do Programa Nacional de Agricultura Familiar	67%	Social
Falta de água para abastecimento residencial (sazonalmente)	55,5%	Institucional
Ausência de incentivos governamentais (doação de sementes)	44,5%	Social
Renda familiar abaixo de 2 salários	44%	Econômico
Via de acesso péssima	33,5%	Infraestrutura
Sempre ocorrem perdas por pragas nos cultivos	29,5%	Econômica
Emissão de qualquer tipo de contaminação no corpo d'água	28%	Saneamento
Não utilização de equipamentos de Proteção Individual nas atividades agropecuárias	27,5%	Social
Queimadas realizadas por usina e vizinhos	22,5%	Ambiental
Desmatamento	22,5%	Ambiental
Utilização de agrotóxicos pela usina e moradores	42,5%	Ambiental
Práticas de retirada da mata ciliar	22%	Ambiental
Queimam ou enterram resíduos	20%	Ambiental
Escassez hídrica para atividades agropecuárias	5,5%	Ambiental
Esgoto despejado no solo	5,5%	Ambiental
Assoreamento do rio Catu	5%	Ambiental

Fonte: Autores (2019).

A ausência de assistência técnica para o manejo de atividades agropecuárias foi relatada por 100% dos entrevistados que afirmaram nunca ter recebido nenhum tipo de orientação acerca de manejo na criação de animais, bem como no desenvolvimento da agricultura.

Entretanto, é relevante ressaltar que, após reunião com membros da associação de moradores da comunidade indígena Catu, lideranças afirmaram que reuniões com órgãos foram realizadas, porém com uma participação ínfima dos indígenas locais, demonstrando, dessa forma, desinteresse quanto às orientações e aprendizados que poderiam obter dos órgãos de assistência técnica. Apesar do desinteresse local, existe a necessidade de melhoria quanto aos procedimentos adotados, visto que 29,5% responderam que sempre perdem cultivos por pragas.

Além desses aspectos relacionados a atividades agropecuárias, 27,5% dos entrevistados responderam que não utilizam equipamentos de proteção individual, o que agrava a situação dos indígenas envolvidos devido a exposição às intempéries e risco de acidentes com animais peçonhentos, a exemplo de cobras. Foi relatado que nem o uso de protetor solar é realizado durante as atividades, o que poderá acarretar, a longo prazo, doenças a exemplo do câncer de pele. Nesse contexto frágil, as linhas de crédito que não atendem à comunidade podem ser vistas como fatores que muito contribuem para a situação atual de falta de orientação e de auxílio aos pequenos agricultores para que possam executar suas atividades e almejar crescimento com segurança.

Por outro lado, o desconhecimento acerca da Área de Proteção Ambiental na qual a comunidade está inserida representa 94,5% dos entrevistados e possui uma relevância, pois desconhecem sobre a Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una. Além disso, 83,5% afirmaram nunca ter participado de curso de capacitação e orientação acerca do manejo de Mata Atlântica, ocasionando uma ingerência na sustentabilidade local.

No tocante aos problemas elencados pelos entrevistados, os problemas da dimensão ambiental são diversos e, apesar de diversas vezes, os indígenas responsabilizarem exclusivamente a usina de cana-de-açúcar pela deteriorização dos recursos ambientais, percebe-se que a comunidade também contribui para degradação do meio em que vivem com atividades como desmatamento (22,5%) queimadas realizadas por vizinhos (22,5%) e utilização de agrotóxicos por usinas e vizinhos (42,5%), estes últimos muitas vezes utilizam agrotóxicos sem possuírem o conhecimento adequado para o manuseio desses produtos químicos, tampouco os cuidados com o descarte e armazenamento, visto que houveram relatos de descartes de embalagens químicas no rio Catu.

A queima e o enterro de resíduos, apontados por 20% dos entrevistados é outro ponto importante visto que é uma prática facilmente perceptível na comunidade e demonstra a falta de consciência ambiental. É relevante ressaltar o ineficaz sistema de coleta municipal que recolhe os resíduos na comunidade apenas uma vez na semana, o que contribui incisivamente para que os indígenas destinem seus resíduos de forma inadequada, contribuindo para a degradação do próprio meio em que vivem.

A retirada da Mata Ciliar é outro ponto relevante que atinge diretamente o bem-estar da comunidade indígena Catu, visto que 22% dos entrevistados alegam que há esse impacto ambiental negativo na comunidade que culmina diretamente no assoreamento do rio Catu, podendo agravar a situação de diversas famílias que relataram possuir escassez de água para atividades agropecuárias em determinada época do ano devido à problemas com a única fonte de abastecimento, a saber: o poço de captação de água da associação de moradores do Vale do Catu. Dito isso, quando tais problemas ocorrem, o rio é a única fonte de água disponível, o que nos faz refletir que o comportamento indígena adotado quanto ao uso dos recursos naturais está na contramão da sua cultura.

Por fim, com relação à infraestrutura básica, o esgoto despejado no solo relatado por 5,5% dos entrevistados e uma via de acesso péssima relatada por 33,5% ratificam o contexto de vulnerabilidade social que as comunidades indígenas vivem atualmente e acarretam doenças respiratórias e de veiculação hídrica na comunidade que, apesar de possuir posto de saúde, não dispõe de médico todos os dias na semana, ratificando, mais uma vez, o contexto de vulnerabilidades vivenciadas por comunidades indígenas.

Após a aplicação das entrevistas, a realização da Caminhada Transversal ocorreu no mês de abril de 2019, em conjunto com membros da comunidade, entre eles os que pertencem à Associação dos Moradores do Vale do Catu e os indígenas estudantes do IFRN – *campus* Canguaretama. Neste momento, foi possível perceber espécies da fauna e da flora, bem como de atividades desenvolvidas na própria comunidade.

Posto isso, o descarte de resíduos sólidos, aliado à cultura de lavagem de roupas no rio, foi observado como um problema relevante, considerando-se que o rio é utilizado para consumo humano, para dessedentação de animais e para a prática da agricultura. Em decorrência do processo de globalização, o descarte de resíduos constitui-se, então, como um dos graves problemas de comunidades rurais como está trazendo sérias implicações para as condições de vida da comunidade indígena Catu.

Durante o percurso na via principal de acesso à comunidade indígena, foi relatado pelos sujeitos que a estrada carroçável, em períodos de estiagem, causa doenças respiratórias,

em virtude do deslocamento de veículos e de sua proximidade em relação às casas, o que gera desconforto aos moradores locais. Foi apontado, ainda, que em períodos chuvosos as condições de acesso se agravam, comprometendo o deslocamento de pessoas e tráfego de veículos.

Apesar de a maioria das residências possuir fossas sépticas, foram observados esgotos a céu aberto em algumas delas, o que pode causar doenças, bem como a contaminação do lençol freático responsável pelo abastecimento da comunidade. Em nossa visita, também foi possível observar que as residências possuem eletrodomésticos, televisores, antenas parabólicas, água encanada e aparelhos celulares, características marcantes da área urbana. Isso se alinha ao dizer de Barbosa (2005) ao evidenciar que o meio rural vem passando por intensas modificações, advindas da própria globalização, que remetem à diversidade e fazem com que o meio rural seja também extensão da zona urbana.

Nesse sentido, pode-se afirmar, em um primeiro momento, que isso ocorre devido à proximidade da comunidade indígena com a zona urbana dos municípios de Goianinha e Canguaretama. Tal fator, por sua vez, pode culminar na perda crescente da identidade indígena, bem como na crescente quantidade de resíduos gerados, em virtude da facilidade de acesso aos produtos industrializados.

A caminhada transversal permitiu observar, ainda, que a comunidade indígena pratica a agricultura, predominantemente de cunho familiar, a piscicultura (criação de tilápias) e pequenas criações de bovinos, cavalos, suínos e aves, em locais improvisados. Constatou-se também que não há nenhum tipo de destinação adequada para os rejeitos dos animais, além de nenhum tipo de orientação acerca da construção dos tanques de tilápias.

Durante a aplicação dessa ferramenta, as conversas sempre remetiam a questões ambientais, o que deixou explícita a capacidade dos indígenas em indicar qual o caminho a ser seguido para a preservação do meio ambiente, bem como o conhecimento com relação ao rumo a ser seguido em questão de melhoria nas condições de vida. Eles próprios apontaram resultados de ações antrópicas que prejudicam a comunidade, dentre elas o descarte de embalagens no rio, os processos erosivos e o lixo acumulado.

Além desses aspectos, atividades recentemente instaladas no entorno da comunidade também foram mencionadas, como a instalação do polo industrial de Goianinha, localizado no entorno da comunidade indígena, a chegada de empresas de grande potencial de degradação ambiental, a exemplo da cerâmica Elizabeth, além da própria usina e viveiros de camarão. É importante destacar que tais atividades não trazem grande percentual de empregabilidade,

apesar da proximidade, para a comunidade indígena Catu, deixando explícito o processo histórico de exclusão que os aldeamentos indígenas têm enfrentado e resistido.

Desse modo, tais atividades podem causar problemas ecológico, social, cultural, econômico e de saúde, a saber, os problemas ambientais produzidos pela transformação de ecossistemas naturais para o desenvolvimento de atividades econômicas, muitas vezes impróprias e sem sentido para a vivência indígena. Na comunidade, foi diagnosticada a retirada da vegetação para a produção ilegal de lenha e a criação de animais próximo, as fontes de captação de água.

Assim, a contaminação do rio pelos próprios moradores que jogam lixo e pela usina que, segundo os indígenas, utiliza agrotóxicos que percolam pelo solo nos plantios de cana-de-açúcar, é um agravante para as condições de vida da comunidade local. Segundo Rocha *et al.* (2012), o lixo descartado em comunidades rurais gera grandes impactos negativos por ser descartado em rios ou lagos. Devido à forte influência da zona urbana, o acesso a produtos industrializados é, portanto, comum, o que gera uma quantidade maior de resíduos.

Também foi apontado pelos participantes da caminhada que não existe um planejamento quanto ao uso da terra, ao passo que existem espaços de conservação da vegetação, pois estes são considerados locais sagrados. Esses espaços estão associados diretamente à produção dos principais cultivos da comunidade – são áreas próximas ao rio Catu, onde se cultiva macaxeira, batata-doce, feijão, milho, hortaliças, frutíferas, entre outros.

As soluções apontadas pelos moradores incluem políticas de assistência ao pequeno produtor indígena, criação de cooperativa para fortalecimento local, campanhas de educação ambiental, crédito para pequenos produtores, calçamento da via de acesso, orientações de manejo agropecuário através de cursos em parceria com órgãos governamentais, coleta legal mais frequente, maior fiscalização pelos órgãos responsáveis pela área, iluminação eficiente, maior aproximação da associação com a comunidade, maior preservação do rio através de ações coletivas e reflorestamento de áreas.

Nesse quadro, é possível se observar que a participação ativa da população indígena fica evidente por meio da elaboração do plano de ação, no qual é exposto os principais problemas da comunidade, bem como a origem de suas causas e efeitos. As ferramentas do DRP escolhidas permitiram uma participação pública e espontânea de todos os moradores do Catu, elevando a capacidade participativa na busca da melhoria da qualidade de vida e do uso sustentável dos recursos naturais locais.

Quadro 02 – Plano de ações da comunidade indígena Catu rumo a sustentabilidade.

PROBLEMAS	CAUSAS	EFEITOS	AÇÕES
Ausência de Cooperativa	Falta de organização coletiva da comunidade e de incentivos públicos	Enfraquecimento do poder de comercialização dos pequenos produtores devido à presença de atravessadores	Organização sistemática entre os indígenas da comunidade e o poder local visando o estabelecimento da cooperativa
Ausência de assistência no manejo agropecuário	Falta de compromisso do poder público com a comunidade indígena	Enfraquecimento da produtividade indígena frente ao mercado concorrente	Envolvimento da secretaria de agricultura municipal através de um calendário periódico de acompanhamento da produção
Pouca utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) nas atividades agrícolas	Recursos financeiros escassos e ausência de assistência técnica	Acidentes de trabalho regulares, tais como: cortes, picadas de insetos/animais e peçonhentos e machucados	Parceria com o Instituto Federal e com a prefeitura para a realização de conscientização sobre o uso correto dos EPIs nas diferentes atividades
Baixa escolaridade	Ausência de programas de alfabetização de jovens e adultos	Pessoas com baixos níveis de conhecimentos e de interesse em desenvolver novas habilidades	Desenvolver uma parceria com o IFRN visando a alfabetização de indígenas.
Ausência de demarcação de terras	Falta de compromisso do poder público	Invasões e posse de terras por usina e fazendeiros	Cobrança de agilidade no prosseguimento do processo de demarcação de terras junto à FUNAI
Ausência de monitoramento ambiental	Ausência de órgãos ambientais	Degradação ambiental	Reivindicação formal do movimento indígena visando a presença constante dos órgãos ambientais
Via de acesso precária	Ausência de investimentos em infraestrutura pelo poder municipal	Dificuldade no escoamento da produção, doenças respiratórias e riscos à segurança	Reivindicação, através de audiência pública, de parceria público-privada com a usina que utiliza as vias de acesso para construção do calçamento
Ausência de assistência técnica e	Políticas públicas deficientes	Deficiências produtivas e limitação de	Ações de manejo a partir do poder público local e política de incentivo no

de crédito rural		crescimento	tocante a ferramentas e insumos
Escoamento da produção através de fretamento de particulares	Ausência de incentivos do poder público local	Perda do poder de concorrência da comunidade	Estabelecimento de uma parceria entre prefeitura e comunidade visando a facilitação do escoamento da produção
Renda familiar abaixo de 3 salários	Pouca empregabilidade nas atividades predominantes da região	Baixo poder de investimento em melhorias produtivas	Organização com o poder público visando políticas de incentivo ao pequeno produtor
Baixo índice de agricultores participando do crédito rural	Ausência de assistência técnica governamental	Limitações produtivas de crescimento	Parcerias institucionais visando uma política de assistência efetiva

Fonte: Autores (2019).

As atividades possibilitadas pela utilização de ferramentas do DRP revelaram as potencialidades oriundas da cultura indígena e de atividades econômicas desenvolvidas; problemas relativos à ausência de políticas públicas e de articulação interna entre os indígenas, bem como soluções apontadas pela própria comunidade visando a melhorias das condições de vida. Ou seja, as ferramentas utilizadas melhoraram a capacidade de ação da comunidade, permitindo o desvendamento dos problemas, mas também as melhores soluções. A aplicação do DRP contribuiu significativamente na obtenção de dados e informações sobre a situação de vida cotidiana dos indígenas e do seu meio vivencial. Além disso, os resultados do estudo apontam para outro dinamismo integrativo e participativo resultante do DRP que tem facilitado o envolvimento de indígenas marginalizados e excluídos historicamente do desenvolvimento local.

4. Considerações Finais

Conclui-se que a partir das opiniões dos indígenas acerca das condições de vida na comunidade Catu, foram imprescindíveis para a visualização e proposição de melhorias da situação vivencial em que ela se encontra.

O processo participativo foi propício à edificação do conhecimento científico de baixo para cima, permitindo, assim, uma interpretação eficaz das condições de vida na comunidade indígena Catu em um processo lúdico que favoreceu a empatia entre os indígenas e o

pesquisador. Apesar dos problemas identificados na comunidade estudada, o conhecimento indígena revelou-se de extrema relevância à sociedade, em virtude do respeito à preservação do meio ambiente, isto é, à “mãe natureza”. Incumbe-se, então, aos órgãos públicos e à comunidade local, a construção de relações recíprocas em busca de um compromisso com o futuro, o que perpassa, obrigatoriamente, pela demarcação das terras indígenas e ações de sustentabilidade.

Em suma, o estudo em pauta contribui com o conhecimento, numa visão interdisciplinar, pois a comunidade indígena Catu nunca foi pesquisada em relação aos seus maiores desafios de desenvolvimento societal e sobrevivência e, por conseguinte, para a busca de soluções partilhadas a partir dos pontos de vista dos indígenas.

Os resultados mostraram um plano de ações propositivo, por diversos segmentos da comunidade de maneira integrativa, incluindo problemas, causas, efeitos e soluções da comunidade, baseando-se nas visões e conhecimentos da tradição.

As ferramentas do DRP contribuíram para a inclusão da participação mais incisiva dos indígenas nos destinos da melhoria das condições de vida condignas e de liberdade do próprio desenvolvimento humano locais. Por fim, pode-se afirmar que o DRP aplicado, mesmo com limitações existentes, constitui um dos métodos participativos mais imprescindível para trazer à lume a realidade social da comunidade, desvendando todos aspectos das dimensões social, econômica, cultura e ambiental por meio das visões e conhecimentos locais.

Referências

Aguiar, AL et al. (2020). Breeding objectives and selection criteria of a participatory community-based breeding programme of goats and sheep. *Tropical Animal Health and Production*, 52(10). DOI:10.1007 / s11250-020-02209-6

Ahmed, B. (2019). Indigenous people's responses to drought in northwest Bangladesh. *Environmental Development*, 29, 55–66. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2018.11.004>

Al-Qubatee, W et al. (2017). Participatory rural appraisal to assess groundwater resources in Al-Mujaylis, Tihama Coastal Plain, Yemen, *Water International*, 42(7), 810-830. DOI: 10.1080/02508060.2017.1356997

Araújo, WAA et al. (2017). Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. *Interações*, 18(4), 5-18. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v18i4.1392>

Arruti, JMA. (1997). A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, 3(2), 7-38. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>.

Barbosa, GM. (2005). *Gerenciamento de resíduo sólido: assentamento Sumaré II, Sumaré-SP*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Bezerra, NX. (2017.). *Artesanato potiguara: Catu dos Eleotérios e Sagi Trabanda*. Natal: ed. IFRN.

Chambers, R. (1997). Responsible well-being: a personal agenda for development. *World Development*, 25(11), 1743-1754. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)10001-8](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)10001-8)

Godoy, AS. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57- 63.

Medeiros Filho, O. (1997). *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa.

Pereira, AS et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Acesso em: 10 Maio 2020. Recuperado em https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Rio Grande do Norte. (2017). *Sentença do Processo nº 0803824-79.2017.4.05.8400 - Ação civil pública. Identificação e de delimitação da terra indígena dos Eleotérios do Catu*.

Recuperado

em:<https://pje.jfrn.jus.br/pjeconsulta/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?signedIdProcessoTrf=7947f601a0fdd55c5fd913864a623d09#>.

Rocha, AC et al. (2012). Gestão de resíduos sólidos: domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita-PR. *Revista de Administração da UFSM*, 5(4), 699-714. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/198346597657>

Rodrigues, EL & Rodrigues, R. (2020). Desenvolvimento multifacetado e redução das desigualdades sociais: o acesso dos pretos e pardos ao ensino superior público. *Research, Society and Development*, 9(5), 1-15. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i5.2003>

Sen, AK. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, GCF. (2016). *Nós, os potiguara do Catu: emergência étnica e territorialização no Rio Grande do Norte no Século XXI*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

Silva, SG, Paiuca, IR & Schmidt, C. (2019). *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 3(44), 34-55. DOI: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v3i44.6081>

Thiry-Cherques, HR. (2009). Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista PMKT*, 3, 20-27.

http://www.revistapmkt.com.br/portals/9/edicoes/revista_pmkt_003_02.pdf

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Valdenildo Pedro da Silva – 50%

Paulo Victor da Silva Filgueira – 50%